

**CONDICIONAMENTOS POLÍTICOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM
SANTA CATARINA: O CASO DO ORÇAMENTO REGIONALIZADO DA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BRUSQUE NO
PERÍODO DE 2008 A 2015**

Thaise Vila Nova²²

Luciana Butzke²³

Resumo: Este artigo tem por *tema* o desenvolvimento regional e seus condicionantes políticos em Santa Catarina, com ênfase na Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Brusque. A *pergunta central* foi: de que forma os condicionantes políticos se manifestam no planejamento e execução do orçamento regionalizado e se relacionam com o desenvolvimento desigual intra regional na SDR de Brusque? Assumiu-se a *hipótese* de que a definição das prioridades no orçamento regionalizado envolve critérios político-partidários que condicionam também a distribuição desigual dos recursos dentro da região de Brusque. O *objetivo principal* foi o de analisar os condicionantes políticos do desenvolvimento regional de Santa Catarina, com ênfase na região de Brusque. Entre os *objetivos específicos* destacaram-se: (i) identificar as prioridades elencadas nas audiências do orçamento regional e (ii) verificar as execuções orçamentárias das prioridades regionais; e (iii) acompanhar as prioridades aprovadas e a respectiva execução orçamentária relacionando-a com o critério político-partidário. Elegeu-se, entre os *métodos de procedimento*: revisão bibliográfica, levantamento de documentação e coleta de dados estatísticos. O universo da pesquisa foi composto pelos municípios que compõem de Brusque; entre as técnicas utilizadas estão a pesquisa bibliográfico-documental e a pesquisa quantitativa. Depois de tabulados e agrupados, os dados foram analisados à luz dos objetivos do projeto, revelando: (a) as prioridades regionais levantadas (aprovadas ou não) por município/s; (b) a relação entre planejamento e execução do orçamento regionalizado; e (c) a relação entre planejamento e execução do orçamento regionalizado em sua relação com os condicionantes político-partidários.

Palavras-chave: Contabilidade pública; Desenvolvimento Regional; SDR Brusque.

²² Acadêmica do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. E-mail: thaisevn@unifebe.edu.br.

²³ Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Professora do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE e da Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: butzkeluciana@gmail.com.

POLITICAL CONDITIONING OF REGIONAL DEVELOPMENT IN SANTA CATARINA: THE CASE OF THE REGIONALIZED BUDGET OF THE REGIONAL DEVELOPMENT SECRETARIAT OF BRUSQUE IN THE PERIOD FROM 2008 TO 2015

Abstract: This article aimed to regional development and its political conditions in Santa Catarina, with emphasis in the Secretary of Regional Development (SDR) of Brusque. The central question was: how the political influences are manifested in the regional planning and execution and relate to intra-regional uneven development in SDR of Brusque? The hypothesis was assumed that the definition of priorities in the regional goals involves political interests also influence the unequal distribution of resources within the Brusque region. The main objective was to analyze the political conditions of regional development of Santa Catarina, with an emphasis in Brusque region. The specific objectives included: (i) to identify the priorities listed in the regional audience; (ii) to verify the execution of regional priorities; and (iii) to follow the priorities approved and its execution relating it to the political criteria. If elected, among the methods of procedure: literature review, documentation of assessment and collection of statistical data. The research universe was composed of the municipalities that integrate Brusque region; between the techniques used are the bibliographical and documentary research and quantitative research. After tabulated and grouped, the data were analyzed in the light of the project objectives, showing: (a) the raised regional priorities (approved or not) by municipalities; (b) the relationship between planning and execution of regionalized goals; and (c) the relationship between planning and execution of regionalized goals in its relationship with the political influences.

Keywords: Public Accounting; Regional Development; SDR Brusque.

1 INTRODUÇÃO

A iniciativa de descentralização político-administrativa em Santa Catarina, pela via dos orçamentos regionalizados, data de 1997. Passados quase dezoito anos cabe indagar: O orçamento regionalizado está contribuindo para o desenvolvimento inter e intra regional em Santa Catarina? Como os condicionamentos políticos influenciam a distribuição de recursos entre e dentro das regiões?

Este artigo tem o propósito de responder a questões como essas, no contexto de um esforço vinculado ao *Curso de Ciências Contábeis*, cuja missão é “é formar contadores com visão gerencial e espírito empreendedor, com consciência ética e responsabilidade econômica, política e social” (UNIFEBE, 2015), e ao trabalho que já vem sendo desenvolvido pelo *Observatório Social de Brusque*, que apontam para a preocupação com a ética e a construção da *cidadania fiscal*, que é “a capacidade de entendimento da importância social dos tributos e a necessidade do controle, por parte da sociedade, dos gastos públicos” (OBSERVATÓRIO SOCIAL DE BRUSQUE, 2015).

Para tanto, o artigo está dividido em cinco seções, contando com esta introdução. A segunda seção, *Orçamento regionalizado em Santa Catarina e o caso da SDR de Brusque*, traz informações sobre o surgimento do orçamento regionalizado, como funciona e traz os municípios que compõem a SDR de Brusque. A terceira seção, apresenta o referencial teórico que orienta este estudo e a quarta seção traz a discussão dos resultados e na quinta seção apresentamos as considerações finais.

2 ORÇAMENTO REGIONALIZADO EM SANTA CATARINA E O CASO DA SDR DE BRUSQUE

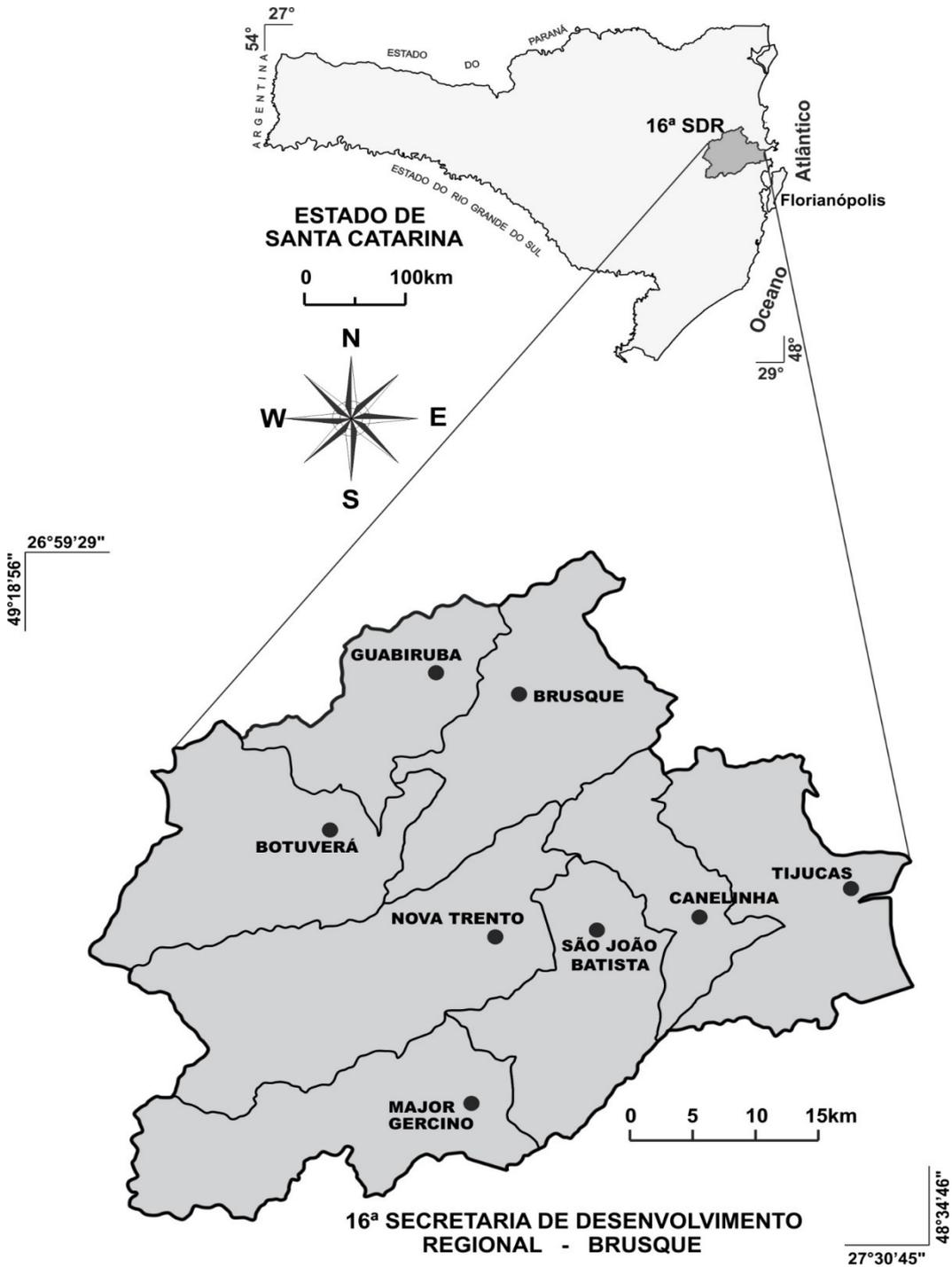
O Orçamento Regionalizado, adotado em 1997, e a criação das SDR, em 2003, passam a assumir, no discurso, a descentralização da administração pública estadual e a desconcentração dos recursos. A partir de 1996 foi estabelecida a realização de Audiências Públicas Regionais com o objetivo de “levantar as necessidades apontadas pela Sociedade Civil e o Poder Público, discuti-las, sistematizá-las e priorizar propostas de investimentos, visando sua inclusão nos Projetos de Lei do Plano Plurianual e do Orçamento Anual.” (SANTA CATARINA, 2009, p. 137). As Audiências Públicas Regionais, além de apontarem para um diálogo entre Sociedade Civil e Poder Público, também apontam para o diálogo entre Poder Executivo (por meio das SDR e seus respectivos CDR) e Poder Legislativo.

“A política de descentralização instituída pelo governo do Estado de Santa Catarina tem como principal mérito conseguir reunir num mesmo ambiente, representantes de várias cidades com interesses e necessidades supostamente comuns, em um ambiente formalmente instituído”. (FRANÇA, MANTOVANELI JUNIOR, REIS, 2013 p. 11)

Estudos sobre Santa Catarina demonstram que o orçamento regionalizado não rompe com a distribuição desigual dos recursos (LINDER, 2009; NEVES, 2009; THEIS; ZUMMACH, 2013). Se a distribuição desigual dos recursos continua, mesmo com a criação das SDR e com a atuação do Poder Legislativo, através das audiências públicas regionais, cabe indagar acerca da real efetividade dessa experiência.

Na análise da efetividade do orçamento regionalizado, no tocante a distribuição equilibrada dos recursos, o recorte assumido por este artigo foi o da região de Brusque. A SDR de Brusque é composta por oito municípios: Botuverá, Brusque, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, Tijucas e São João Batista (Figura 1).

Figura 1 – Municípios que compõem a SDR Brusque, Santa Catarina



Fonte: Concepção de Luciana Butzke. Elaborado por Ruy Lucas de Souza.

Considerando o recorte espacial da SDR de Brusque, tratamos os condicionantes políticos se manifestam no planejamento e execução do orçamento regionalizado e se relacionam com o desenvolvimento desigual intra regional, em seus níveis local e regional na SDR de Brusque.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA/FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica se situa na interface entre as ciências sociais aplicadas, mais precisamente a contabilidade pública, e a ciência política, somada a leituras da Filosofia (Ética/Cidadania).

Para que se entenda a natureza da atividade financeira do Estado é necessário levar em conta os interesses coletivos e não individuais. A natureza e as atribuições delegadas ao Estado pelos cidadãos varia conforme a cultura, com o lugar, o momento histórico e as formas de representação política. Para o custeio das necessidades públicas os cidadãos e empresas transferem parcelas de recursos para o Estado e o estado precisa aplicar estes recursos. Esta aplicação é materializada pela orçamentação, tema deste projeto.

Um dos critérios considerado justo na contabilidade pública é o vincular a capacidade contributiva à aplicação dos recursos. Todavia, este tipo de aplicação provocaria distorções e estas poderiam ser amenizadas por uma orçamentação que destine mais recursos para pessoas carentes e setores cujo desenvolvimento aumente o bem-estar do conjunto da população.

O ideal, todavia, é que a promoção da justiça fiscal, com a redução das desigualdades e a promoção e oportunidades, se desse desde a apropriação de recursos pelo Estado até sua destinação em benefício do conjunto da sociedade, ou de sua maioria e mesmo das minorias, quando desprovidas de condições mínimas (PISCITELLI, et al., 2012).

O controle legal na contabilidade pública é exercido externamente pelo Tribunal de Contas e internamente pelo poder Legislativo, Executivo e Judiciário. A fim de agrupar e analisar a avaliação interna e externa Giacomoni (2001) identifica três tipos de alcance da avaliação: (a) análise global dos gastos públicos na economia e nas mudanças sociais; (b) estudo dos resultados concretos obtidos com os gastos públicos; (c) avaliação da eficiência.

Neste projeto, como estamos tratando da distribuição desigual de recursos nos identificamos com o primeiro alcance.

Na ciência política o destaque recai sobre os estudos que enfatizam a descentralização. A partir da década de 1980 há uma visão negativa das formas centralizadas de gestão e um otimismo em relação à descentralização como condição para a realização do ideal democrático e eficiência das políticas públicas (ARRETCHE, 1996).

A relação entre referências recentes sobre contabilidade pública e a discussão da ciência política sobre descentralização pretende-se articular os materiais e dados coletados a uma perspectiva mais crítica em relação ao orçamento público e a atividade política.

4 RESULTADOS

Os dados coletados e descritos a seguir, revelam: (a) as prioridades regionais levantadas por município/s; (b) a relação entre planejamento e execução do orçamento regionalizado; e (c) a relação entre planejamento e execução do orçamento regionalizado em sua relação com os condicionantes político-partidários.

4.1 As prioridades regionais da SDR de Brusque

Abaixo um primeiro quadro que traz a listagem de prioridades elencadas na Audiência Pública de 2007, para o período de 2008 a 2011 para a SDR de Brusque. Dentre as doze prioridades elencadas, oito se relacionam com a melhoria das estradas que ligam os municípios da SDR de Brusque. Duas prioridades enfatizam a estrutura educacional: construção, ampliação e reformas de ensino básico e apoio Financeiro para os cursos profissionalizantes. Uma das prioridades traz o tema da saúde e outra segurança pública, com a construção de uma unidade prisional. Interessante notar que o município de Brusque está contemplado em todas as doze prioridades. Aparecendo também os municípios de Botuverá,

Guabiruba, Nova Trento, São João Batista. Os municípios de Canelinha, Major Gercino e Tijucas não apareceram nas prioridades.

Quadro 1 – Prioridades elencadas SDR BRUSQUE 2008/2011 - Audiência pública 2007

Nº	Prioridade	Município
1	Aux. Entid. Munic. E Priv. Sem fins lucrativos de assist saúde conv SUS	SDR Brusque
2	SCT 486 Terrapl\Pavime\OAE\Supervisão trecho Botuverá - Vidal Ramos	Botuverá
3	Alargamento trecho Brusque - Itajaí - SC 486	Brusque
4	Capeamento Asfáltico\Supervisão trecho Brusque\Guabiruba\Blumenau	Brusque, Guabiruba
5	SCT 486 Reabilitação/Capeamento asfáltico/ supervisão trecho Brusque Dom Joaquim	Brusque
6	Terrapl\Pavim\OAE\Supervisão trecho Brusque\ Vigolo Nova Trento\Caminhos da fé	Brusque, Nova Trento
7	Terrapl\Pavim\OAE\Supervisão trecho Brusque\Camboriú\Vila Limeira	Brusque
8	Terrapl\Pavim\OAE\Supervisão contorno e acesso santuário STA. Paulina SC 411/Nova Trento	Nova Trento
9	Melhoria dos pontos críticos e construção da terceira pista na rodovia SC 411 - Brusque São João Batista	Brusque, São João Batista
10	Construção de unidade prisional avançada - UPA na cidade de Brusque	Brusque
11	Construção, ampliação e reformas de ensino básico	SDR Brusque
12	Apoio Financeiro para os cursos profissionalizantes	SDR Brusque

Fonte: ALESC, 2015.

Nas prioridades elencadas na Audiência pública de 2011, para o período de 2012 a 2015 aparece novamente a preocupação com as estradas que ligam os municípios: oito das treze prioridades, nove contando com a construção de um posto da polícia rodoviária militar. Entra a preocupação com as cheias em duas prioridades: dragagem e desassoreamento de rios e a construção de barragem e estudos de viabilidade de controle de cheias. Estão também entre as prioridades melhorias no hospital de Tijucas e melhorias e expansão da rede de distribuição elétrica.

Nestas prioridades, novamente o município de Brusque aparece em cinco prioridades, Tijucas em três, Botuverá em duas, Guabiruba, São João Batista, Major Gercino e Nova Trento em uma cada um. O município de Canelinha não aparece nas prioridades deste período.

Quadro 2 – Prioridades elencadas SDR BRUSQUE 2012/2015 - Audiência pública 2011

Nº	Prioridades	Município
1	Melhoria dos pontos críticos e construção terceira pista rodovia SC-411 - Brusque - São João Batista	Brusque, São João Batista
2	Pavimentação asfáltica supervisão, trecho Brusque/Guabiruba/Blumenau	Brusque, Guabiruba
3	Terrapl/pavim/OEA/supervisão, trecho Brusque / Camboriú / Vila Limeira	Brusque
4	Reabilitação/aumento capacidade SC-486, trecho BR-101 - Brusque - Dom Joaquim - Botuverá	Brusque, Botuverá
5	Pavimentação da SC-486, trecho Botuverá - Vidal Ramos	Botuverá
6	Construção de posto de polícia rodoviária militar na SC-411- Tijucas a Nova Trento	Tijucas, Nova Trento
7	Reestruturação dos pontos críticos e revitalização do trecho da SC-411 entre Tijucas a Brusque	Tijucas, Brusque
8	Dragagem e desassoreamento de rios	SDR Brusque
9	Vocacionar em psiquiatria, traumatologia e obstetrícia hospitais do Vale do Tijucas	Tijucas
10	Melhorias e expansão da rede de distribuição de energia elétrica	SDR Brusque
11	Pavimentação asfáltica, trecho ligando o município de Major Gercino / Leoberto Leal	Major Gercino
12	Construção de barragem e estudos de viabilidade de controle de cheias	SDR Brusque
13	Reabilitação/aumento capacidade SC-486, trecho BR-101 - Brusque - BID VI	Brusque

Fonte: ALESC, 2015.

Nesta breve exposição sobre as prioridades regionais compreendendo o período de 2008 a 2015 constatamos que há uma centralidade do município de Brusque e o município de Canelinha não apareceu em nenhuma das prioridades. No que se refere ao conteúdo das

prioridades, de 25 prioridades, 17 delas tiveram como tema o acesso entre os municípios da SDR e dos municípios da SDR com outros municípios.

4.2 Execuções orçamentárias

Do levantamento das prioridades regionais para o período de 2008 e 2015 partimos para as execuções orçamentárias. A única prioridade executada até o momento é a Subvenção Financeira a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Conveniados ao SUS. Cabe investigar: o que seria esta subvenção financeira? Para quais Entidades Privadas sem Fins Lucrativos? De quais municípios da SDR de Brusque? Todas as demais prioridades regionais não foram contempladas, conforme dados presentes na Tabela 1.

Tabela 1 – Execuções orçamentárias da SDR de Brusque, 2008 a 2013

Prioridade	Ano	Descrição	Orçado (R\$)	Atualizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)	Saldo (R\$)
12	2008	Articulação da Educação Profissional com o Ensino Médio - SDR Brusque	107.000,00	107.000,00		0,00	107.000,00
3	2008	SC 486 Reabilitação/Aumento Capac/Superv Tr BR 101 - Brusque - Dom Joaquim - Botuverá	500.000,00	500.000,00		0,00	500.000,00
10	2008	Construção de Unidade Prisional Avançada - UPA na cidade de Brusque	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00
2	2009	SC 486 Terrapl/Pavim/OAE/Supervisão Trecho Botuverá - Vidal Ramos	500.000,00	2.000,00		0,00	2.000,00
9	2009	Melhoria dos pontos críticos e construção terceira pista rodovia SC-411 - Brusque - São João Batista	26.000,00	26.000,00		0,00	26.000,00
1	2009	Subvenção Financeira a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Conveniados ao SUS	500.000,00	812.229,57	797.795,87	797.795,87	14.433,70
9	2010	Melhoria dos pontos críticos e construção terceira pista rodovia SC-411 - Brusque - São João Batista	40.000,00	40.000,00		0,00	40.000,00
4	2010	Capeamento asfáltico Supervisão Trecho Brusque/Guabiruba/Blumenau - SDR Brusque	40.000,00	40.000,00		0,00	40.000,00
7	2010	Terraplenagem/Pavimentação/OAE/Supervisão Trecho Brusque/Camboriú/Vila Limeira	80.000,00	80.000,00		0,00	80.000,00
1	2011	Melhoria dos pontos críticos e construção terceira pista rodovia SC-411 - Brusque - São João Batista	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00
2	2011	Capeamento asfáltico Supervisão Trecho Brusque/Guabiruba/Blumenau - SDR Brusque	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00
3	2011	Terraplenagem/Pavimentação/OAE/Supervisão Trecho Brusque/Camboriú/Vila Limeira	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00

1	2012	Melhoria dos pontos críticos e construção terceira pista rodovia SC-411 - Brusque - São João Batista	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00
2	2012	Pavimentação asfáltica, supervisão trecho Brusque/Guabiruba/Blumenau	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00
4	2012	Reabilitação/aumento capacidade SC-486 trecho BR 101 Brusque - Dom Joaquim - Botuverá	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00
1	2013	Melhoria dos pontos críticos e construção terceira pista rodovia SC-411 - Brusque - São João Batista	300.000,00	300.000,00		0,00	300.000,00
2	2013	Pavimentação asfáltica, supervisão trecho Brusque/Guabiruba/Blumenau	300.000,00	300.000,00		0,00	300.000,00
4	2013	Reabilitação/aumento capacidade SC-486 trecho BR 101 Brusque - Dom Joaquim - Botuverá	6.000.000,00	6.000.000,00		0,00	6.000.000,00
9	2013	Vocacionar em psiquiatria, traumatologia e obstetrícia hospitais do Vale do Rio Tijucas	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00
7	2013	Reestruturação dos pontos críticos e revitalização do trecho SC 411 entre Tijucas a Brusque	300.000,00	300.000,00		0,00	300.000,00
3	2013	Terraplenagem/Pavimentação/OAE/Supervisão Trecho Brusque/Camboriú/Vila Limeira	100.000,00	100.000,00		0,00	100.000,00

Fonte: ALESC, 2015.

Em síntese, o que levantamos é a existência de prioridades regionais que prioritariamente colocam a ligação entre os municípios como ponto importante. Nas prioridades, o município de Brusque, sede da SDR, ocupa uma posição central. Na execução orçamentária, apenas uma prioridade foi contemplada.

4.3 Condicionantes político-partidários

No período de 2008 a 2015 temos a passagem de três governos no Estado de Santa Catarina. No período de 2006 a 2010 o governador do Estado era Luiz Henrique da Silveira, do PMDB e sua coligação PMDB, PFL, PSDB, PPS, PRTB, PT do B, PAN e PHS. Das oito prefeituras da SDR de Brusque, quatro eram da oposição e quatro do partido do governador do Estado (Quadro 3).

De 2010 a 2014, o governador de Santa Catarina era João Raimundo Colombo, do DEM, Coligação *As Pessoas em Primeiro Lugar* (DEM, PMDB, PPS, PRB, PSC, PSDB, PSL, PTB, PTC). Neste período identificam-se três prefeitos em partidos de oposição e cinco prefeitos nos partidos da coligação (Quadro 3).

No intervalo de 2014 a 2015, o governador reeleito João Raimundo Colombo, agora pertencente ao PSD, tem em sua coligação *Santa Catarina em Primeiro Lugar* os seguintes partidos: PSD, PRB, PMDB, PR, PTB, PSC, PSDC, PROS, PV, PC do B, PDT e DEM. Neste período temos três governos de oposição e cinco governos municipais na coligação (Quadro 3).

Quadro 3 – Prefeitos eleitos por município e por partido político, Eleições de 2008 e 2012

MUNICÍPIO	ANO	PREFEITO	PARTIDO
Botuverá	2008	Zeno Francisco Sgrott	DEM
	2012	José Luiz Colombi	PMDB
Brusque	2008	Paulo Roberto Eccel	PT
	2012	Roberto Pedro Prudêncio Neto	PSD
Canelinha	2008	Antonio da Silva	PP
	2012	Antonio da Silva	PP
Guabiruba	2008	Orides Kormann	PMDB
	2012	Matias Kohler	PP
Major Gercino	2008	Zelásio Angelo Dell Agnolo	PMDB
	2012	João José David	PDT
Nova Trento	2008	Orivan Jarbas Orsi	PSDB
	2012	Gian Francesco Voltolini	PP
Tijucas	2008	Elmis Mannrich	PMDB
	2012	Valério Tomazi	PMDB
São João Batista	2008	Aderbal Manoel dos Santos	PP
	2012	Daniel Netto Cândido	PSD

Fonte: TSE, 2008 e 2012.

Considerando que a única prioridade atendida no período de 2008 a 2015 foi a *Subvenção Financeira a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Conveniados ao SUS*, feita em nome da SDR de Brusque (sem nomear municípios), tendo como repasse o valor de R\$ 797.795,87, não podemos afirmar que existe uma vinculação entre o repasse de recursos e critérios político-partidários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *objetivo principal* deste artigo foi o de analisar os condicionantes políticos do desenvolvimento regional de Santa Catarina, com ênfase na região de Brusque. Entre os *objetivos específicos* destacaram-se: (i) identificar as prioridades elencadas nas audiências do orçamento regional e (ii) verificar as execuções orçamentárias das prioridades regionais; e (iii) acompanhar as prioridades aprovadas e a respectiva execução orçamentária relacionando-a com o critério político-partidário.

Em relação ao primeiro objetivo, *identificar as prioridades elencadas nas audiências do orçamento regional*, no período de 2008 a 2011 constatamos a centralidade do município de Brusque, ele aparece nas 12 prioridades elencadas. De 2012 a 2015 o município de Brusque aparece em oito das 13 prioridades elencadas. O município de Canelinha não apareceu em nenhuma prioridade. Do total de 25 prioridades, 17 tiveram como tema o acesso entre os municípios da SDR de Brusque e dos municípios da SDR com outros municípios. Cabe questionar: Será que o acesso realmente é o maior problema regional da SDR de Brusque? De que forma o acesso adequado garante o desenvolvimento regional? O acesso serve a quem? As respostas a estas questões não estavam contempladas nos objetivos deste artigo, mas podem ser tema de outras pesquisas.

No *exame da execução orçamentária*, segundo objetivo, verificou-se que apenas uma das prioridades foi contemplada: a Subvenção Financeira a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Conveniados ao SUS. Esta prioridade tinha como destino a SDR de Brusque, sem a identificação dos municípios contemplados. Se das 25 prioridades eleitas para o período de 2008 a 2015 apenas uma foi contemplada, podemos questionar a própria efetividade do orçamento regionalizado.

O terceiro objetivo, tratou de verificar se existia alguma relação entre o *repasso de recursos e critérios político-partidários*. A partir do levantamento dos partidos pertencentes as coligações dos governos do estado neste período e dos prefeitos dos municípios que compõem a SDR de Brusque, não houveram evidências de que existem critérios político partidários no destino dos recursos.

Os principais resultados que chegamos dizem respeito a dois temas principais: (i) a concepção de desenvolvimento regional que leva os/as que participam das audiências públicas a elegerem como principal prioridade o acesso entre municípios, em detrimento de tantos outros temas/problemas que seriam mais importantes para pensar e colocar em prática o desenvolvimento da região de Brusque. Outro ponto importante, (ii) é a efetividade das audiências públicas e do orçamento regionalizado. Se poucas prioridades saem do papel, talvez o orçamento regionalizado seja um esforço grande demais se comparado aos resultados alcançados. Valeria um balanço da efetividade do orçamento regionalizado em Santa Catarina para verificar sua real importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESC. **Execução Orçamentária**. Disponível em:

<http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/orcamento-estadual/execucao-orcamentaria>.

Acesso em agosto 2015.

ALESC. **Audiências públicas regionais**. Disponível em:

<http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/orcamento-estadual/audiencias-regionais>. Acesso

em agosto 2015.

ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização. Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Rev. bras. Ci. Soc.** v.11 n.31 São Paulo jun. 1996. Disponível em:

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm. Acesso em: 17 abr. 2015.

FRANÇA, Luciano Marcelo; MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger; REIS, C. Apontamentos sobre o Conselho de Desenvolvimento da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau: Um olhar sobre o senso de territorialidade. In: **X ECOECO**, 2013, Vitória. X ECOECO. Disponível em:

http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/x_en/GT9-2200-1582-20130627170657.pdf. Acesso em: 27 ago. 2015.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LINDER, Mariana Canadas. A efetividade do planejamento recente em Santa Catarina: O caso da SDR de São Joaquim. **Anais do III Encontro de Economia Catarinense**, Blumenau, 23 a 25 de abril de 2009. Disponível em:

www.apec.unesc.net/III%20EEC/sessoes_tematicas/.../Artigo%2016.doc. Acesso em: 17 abr. 2015.

NEVES, Luiz Alberto. Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul e os recursos públicos aplicados na região no período de 2004 a 2007. **Anais do III Encontro de Economia Catarinense**, Blumenau, 23 a 25 de abril de 2009. Disponível em: www.apec.unesc.net/.../Secretaria%20de%20Desenvolvimento%20Regional. Acesso em: 17 abr. 2015.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE BRUSQUE. **Quem Somos**. Disponível em: http://www.osbrusque.com.br/web/quem_somos.php. Acesso em: 17 abr. 2015.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio, et al. **Contabilidade Pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTA CATARINA. **Secretaria de Desenvolvimento Regional Brusque**. Disponível em: <http://www.sdrs.sc.gov.br/sdrbrusque>. Acesso em: 17 abr. 2015.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina**. Edição atualizada com 49 Emendas Constitucionais. Florianópolis: Assembleia Legislativa, 2009. Disponível em: http://www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/docs/constituicaoEstadual/CESC_16_11_2009.pdf. Acesso em: 12 dez. 2010.

THEIS, Ivo M.; ZUMMACH, Franklin C. **Desenvolvimento Desigual em Santa Catarina**: a experiência das Secretarias de Desenvolvimento Regional. Florianópolis: NECAT-UFSC, 2013. Disponível em: necat.ufsc.br/files/2011/10/Ivo-2013.pdf. Acesso em: 17 abr. 2015.
TSE. **Eleições**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 25 jan. 2016.

UNIFEBE. **Curso Ciências Contábeis**: Informações. Disponível em: <http://www.unifebe.edu.br/site/index.php/cursos/graduacao/ciencias-contabeis/19-ciencias-contabeis-informacoes>. Acesso em: 17 abr. 2015.

Artigo recebido em 21 de novembro de 2016 e aprovado em 30 de novembro de 2016.